



**Essencial
distinguir
entre
correção de
preço público
e um tarifaço**

O governo enfrenta uma passagem difícil no segundo semestre de 1995. Trata-se agora de decidir, a cada momento, sobre quando usar a flexibilidade dos preços administrados, que é saudável, sem que isso seja visto como uma flexibilização dos objetivos de estabilização, o que seria desastroso. A capacidade de distinguir um caso do outro é o privilégio do policy maker competente.

Fez bem o governo em desmontar, no primeiro semestre, as críticas à estabilização que apontavam para o congelamento do câmbio e das tarifas públicas como as únicas armas de que dispunha. Se o programa fosse só isso, estaríamos perdidos. Quando o governo mostra que o câmbio é flexível, isso é bom para o futuro da estabilização. Quando um sindicalista rural em Brasília reclama que o preço do frango está congelado porque o governo não promoveu uma correção geral de preços e salários pela inflação passada, ele sintetiza toda a falta de compreensão na matéria.

O preço do frango está estável, mas não está controlado e muito menos congelado. Não há nenhuma flexibilização a ser feita nesta área, que de resto é privada, competitiva e flexível. Há oferta suficiente para satisfazer o crescimen-

to da demanda e esta é uma vitória do programa: há que se manter a possibilidade de redução de custos para aumentar a atratividade da produção. Seria ingênuo, entretanto, imaginar-se que o governo tenha uma escolha fácil na administração dos poucos preços sob seu controle direto: tarifas públicas, salários do setor público e taxa de câmbio.

É claro que aumentos de tais preços têm efeito *inflacionário* a

curto prazo, no sentido trivial de seu impacto imediato sobre os índices de preços. Mas só se transformarão em inflação, isto é, em alta generalizada de preços, na medida em que o governo acomode a demanda global para compensar a redução da oferta de bens e serviços ao setor privado que eles representam.

É, assim, essencial distinguir entre uma correção de um preço público e um tarifaço. Caso promova um tarifaço (ou seja, um aumento generalizado de preços públicos) acompanhado de um novo aperto de demanda para limitar os efeitos inflacionários, estará aumentando a retração do nível de atividade e reforçando a queda de renda do setor privado, como contrapartida da transferência de recursos ao setor público. Afinal, tarifaço não cria renda.

Assim, flexibilização de câmbio

ou de tarifas públicas tem de ser acompanhada por políticas mais inflexíveis de demanda, e tende, assim, a ser recessiva. Quando o controle da demanda global é visto como inviável politicamente, o governo interessado em estabilizar tem de recorrer à inflexibilidade total nos preços nominais sob seu controle. O exemplo notório é o do regime de taxa de câmbio fixa com plena conversibilidade, como na Argentina, que cria a inflexibilidade monetária todas as vezes que há uma desconfiança acerca da sustentabilidade do câmbio, provocada, por exemplo, por um tarifaço.

A inflexibilidade do ministro argentino Domingo Cavallo em manter o programa de conversibilidade recebeu na semana passada um reforço respeitável, depois de um prolongado e proceloso verão pós-crise mexicana no qual sua política sofreu ataques de todos os flancos. Esgotadas as possibilidades de maiores ações contracionistas na esfera federal, Cavallo reafirmou seu propósito de sanear as finanças estaduais e foi inflexível com Eduardo Angeloz, alto prócer da União Cívica Radical e governador prestigiado da província de Córdoba, que resolvera resistir às pressões pela privatização de seu banco.

Em meio à forte agitação nas ruas, o governador renunciou seis meses antes do fim de seu mandato, acusando o ministro de responsável pela crise social de seu Estado. O governador empossado da província de Córdoba, Ramón Mestre, correligionário de Angeloz

não só aceitou privatizar seu banco, como ainda decretou uma queda de 30% nos salários dos funcionários públicos (inclusive do Judiciário). Em seguida ao gesto de Mestre, há pelo menos seis outros governadores desejando privatizar suas empresas e bancos, recebendo ajuda federal (com apoio do BID) para o ajuste, dando início na Argentina ao que denominam de segunda fase da reforma do Estado, voltada para os governos provinciais.

A inflexibilidade da política cambial do ministro Cavallo deriva da incapacidade assumida do sistema político argentino de manter controle sobre sua política monetária. Permite, assim, que ele possa mostrar flexibilidade em outras áreas, inclusive a de tarifas e que possa vencer a inflexibilidade política dos governos provinciais, como está acontecendo agora.

No caso brasileiro, há felizmente flexibilidade no câmbio e nas tarifas públicas. Mas será preocupante se houver sinais de flexibilização na política monetária como sugerida pelo anúncio de direcionamento de recursos do compulsório bancário para a agricultura. Encontrar na redução dos compulsórios uma fonte de recursos para atender a pressões é, além de má política macroeconômica, sinal de preferência pela alocação administrativa do crédito, fonte já conhecida de indução ao uso predatório de recursos escassos.